

Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Escravo

XXXIV Reunião Extraordinária - 7 de dezembro de 2017, 14h

Rua Líbero Badaró, 119, Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

Presentes: Camila Barrero (CMig), Sílvia Capelanes (CMig), André Roston (MTE), Clárens Chery (CMig), Lourdes Elizabeth (SMADS), Wellington Fonseca (DPU), Débora Sérgio (ABVETEX), Sandra Silva (Pesquisadora UNICAMP), Vera Gers (CDHIC), Letícia Carvalho (Missão Paz), Roque Cattussi (CAMI), Renato Bignami (MTE), Sueli Santos (SMADS), Paula (Secretaria de Assistência e Proteção Básica)

Pauta:

- Discussão e aprovação das atas das reuniões de 2017
- Continuação da discussão e aprovação da moção de repúdio
- Resposta da COMTRAE diante das mais recentes negativas de emissão de RNE, por parte da DPF/SP, para vítimas resgatadas de trabalho escravo em situação

I. Discussão e aprovação de atas das reuniões de 2017

Questão da atas: foram 8 reuniões esse ano, sendo que uma reunião não consta ata (XXXIII). Lista de presença da reunião XXXI foi extraviada, logo, iremos fazer uma busca na portaria para saber quem entrou na Secretaria de Direitos Humanos no dia da reunião. Camila questiona qual é a opinião dos presentes em relação ao andamento da aprovação das atas tendo em vista essas três reuniões problemáticas. Débora diz que, na COETRAE, as atas são encaminhadas por email e aprovadas na reunião seguinte, com comentários ou alterações, se pertinente. Camila diz que essa será a linha que seguiremos com as próximas atas, mas questiona o que acontecerá com as atas das reuniões desse ano que ainda não foram aprovadas. André pontua que é melhor que elas sejam enviadas por email e aprovadas nas próximas reuniões (ao invés de lidas no dia desta reunião), o que os presentes no geral endossaram. **Próxima reunião fica marcada para o dia 18/01 às 14h para discutir o cronograma de reuniões no ano todo.**

II. Continuação da discussão e aprovação da moção de repúdio

André participou do seminário dia 08|11 e lembra que foi feito um texto base sobre a questão do cancelamento do auditório do MTE, pré-aprovado, que seria discutido e veiculado posteriormente e questiona o que se deu dessa deliberação, já que não acompanhou o processo. Vera discorre sobre os ocorridos após o seminário: o texto foi realmente fechado e

foi enviada a todos os presentes uma versão final com alguns ajustes. Na reunião passada da COMTRAE foram trazidas à tona algumas questões, como a inclusão de nomes e as decorrências disso, logo, foi discutida a mudança, já que vários presentes na COMTRAE expressaram sua preocupação em assinar uma moção com esse teor. Assim, Vera sugere que a COMTRAE faça uma nota, mais como que um balanço do ano da COMTRAE, contextualizando algo mais abrangente, incluindo a portaria e as questões trabalhistas, e que também cite o ocorrido do seminário, só que de uma maneira que foque menos o cancelamento do seminário, já que esse foi um tema de que gerou muita polêmica na reunião passada. Não acha certo expedir a moção já que pouquíssimas organizações da COMTRAE iriam assinar – no fim, não seria assinado nem como COMTRAE. André recapitula o discutido para Renato e Roque, que chegaram depois. Roque acredita que devemos expedir uma moção de repúdio como os que estavam presentes no seminário, pois essa é uma questão de todo o país, e não devemos nos “esconder”. Vera explana que outros membros das organizações que assinaram a moção discordaram posteriormente do teor do que foi escrito, devido ao fato de não ser possível provar o que ocorreu da maneira que foi escrito – algo que blindaria a COMTRAE e as organizações que a compõem. Renato diz que não sabe se a COMTRAE tem alguma regulamentação para esse tipo de situação e que questões como essa devem ser mais debatidas, discutidas, para chegar a algum fim que contemple a todos.

Wellington diz que na reunião anterior, além de Vera, não estava presente ninguém que estava no seminário. Logo, havia um texto - que continha o nome de uma pessoa – pedindo para ser assinado , e os presentes não tiveram contexto suficiente para saber o que se tratava. Para Wellington, o texto era político, e ele se sentiria confortável somente em assinar algo técnico. Diz que, como não participou do seminário, até se absteria, mas quer colocar em votação o que será deliberado. Renato diz que sim, é um texto político, com a ideia de registrar o desagravo da COMTRAE porque uma agenda previamente marcada foi motivo de proibição, censura à temática. Renato questiona o que seria a nota técnica – o que tem que ser colocado é a postura do superintendente e suas ações, o que seria sua gravidade e etc.

Wellington diz que a moção contra isso poderia ser expedida, mas sem a personalização. Renato questiona se há uma contraproposta (se houve, por na discussão por email), o que é negativo.

Renato sugere que, já que não há sugestões, abrir um espaço de diálogo com todos para discutir o que fazer em específico. André diz que é necessário encontrarmos um ponto básico e de partida para que a moção seja baseada, já que o problema parece ser pontos básicos do texto, e não a expedição da moção em si.

Roque questiona alguns pontos importantes nos quais devemos nos basear para expedir a moção, pois assim estamos nos afastando do fato em si, e aparecerão pessoas tentando barrar nosso juízo sobre o debate e a instituição que o realizou. Sugere fazer um texto, assinado sem nomes, em que os presentes no seminário e as organizações assinem e reafirma que devemos que nos posicionar para combater o trabalho escravo. Renato endossa totalmente.

André sugere fazer um texto novo, onde haja evidências documentais de que a reserva foi feita, mas que ainda esteja bem documentado e lastreado o que ocorreu, para não deixar passar em branco que o espaço para discussão foi cancelado.

Camila sugere a seguinte deliberação: fazer uma nova redação. estipular uma data limite e discutir como isso será assinado.

André sugere que o texto seja passado da mesma forma que se dá na CONATRAE: o texto é expedido, pessoas assinam, e as que não tem interesse expressam o porquê.

Camila sintetiza o discutido: André fará uma nova redação, identificando o que gerou o dissenso, que será assinada como plenária da COMTRAE, e as entidades que não estiverem de acordo registrarão isso na moção.

André escreverá o texto, repudiando o fechamento do espaço de debate. Haverá uma reunião extraordinária para discutir o tema da moção especificamente. Wellington quer deixar registrada sua abstenção, pois estava no Rio de Janeiro na data do seminário e também porque a moção seria centrada na figura do superintendente. Reafirma que só assinaria uma nota técnica, relatando simplesmente o ocorrido no dia (fechamento), sem imputar quem fez o que, ou o que levou ao cancelamento.

Camila diz que, assim como conversado na reunião passada, pode ser feito uma nota técnica explicando o que aconteceu e as consequências que o fechamento do espaço acarretou ao público, aos palestrantes e ao tema em si.

André não acha que faz sentido falar de nota técnica em fórum que agrega representantes da sociedade civil – seria interessante chamar de outra coisa, como nota pública. Sueli concorda que a nota deve existir, mas, tendo em vista o interesse de que a maior quantidade de entidades participem, que seja uma nota pública, não personalizada, para que assim fique registrado o ocorrido no dia 8. **Encaminhamentos: Nota pública redigida pelo André sob os termos expressos acima. Reunião extraordinária com pauta única no dia 15/12 às 14h.**

III. Informes CRAI (inclusão de pauta)

Camila passa a informar sobre a transição da gestão do CRAI que, por conta do MROSC, há um período de intervalo entre a renovação do termo de colaboração. Renato diz que pessoas que estão chegando passam a não ser atendidas pois as pessoas com quem conversavam não estão mais lá. Camila diz que o CRAI está funcionando e que vai averiguar o ocorrido.

IV. Resposta da COMTRAE diante das mais recentes negativas de emissão de RNE, por parte da DPF/SP, para vítimas resgatadas de trabalho escravo em situação

**Coordenação de Políticas para Imigrantes
e Promoção do Trabalho Decente**



Recebimento da denúncia de que o Departamento da Polícia Federal de São Paulo não está mais expedindo RNE com a justificativa de que não há uma portaria exigindo isso, que até renovam os prestes a vencer mas não abrem novos agendamentos. Wellington diz que a DPU deve ser notificada sobre o não cumprimento da lei e decreto por parte do DPF.

André sugere levar a pauta para a reunião da CONATRAE. Coordenação da COMTRAE deve pedir espaço na CONATRAE para pontuar a atitude do DPF, assim, André garante que isso entrará em pauta. Camila estende o convite da CONATRAE, dia 12/12, para os demais integrantes da COMTRAE. Wellington encaminha para Patricia a demanda de representante da DPU na COMTRAE na reunião da CONATRAE. Coordenação da COMTRAE deverá oficializar a inclusão da pauta do DPF na próxima reunião da CONATRAE. Mesmo sem alguém da COMTRAE, pedir da mesma forma, pois o representante dos auditores fiscais de trabalho pode dar encaminhamento à discussão.

Fim da reunião.